



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

3 – HISTÓRICO DO BEM CULTURAL

No dia 17 de abril de 2008, a Arquiteta Andréa Lanna Mendes Novais, Técnica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, realizou uma vistoria técnica na Igreja do Pilar, localizada na Praça Monsenhor Castilho Barbosa, na cidade de Ouro Preto – MG.



Figura 02 – Vista aérea.

3.1- Breve histórico do Município de Ouro Preto

Ouro Preto é um município brasileiro do estado de Minas Gerais, famoso por sua magnífica arquitetura colonial. Foi a primeira cidade brasileira a ser declarada pela UNESCO, Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade, no ano de 1980.

A origem de Vila Rica está no arraial do Padre Faria, fundado pelo bandeirante Antônio Dias de Oliveira, pelo padre João de Faria Fialho, pelo coronel Tomás Lopes de Camargo e um irmão deste, por volta de 1698.

A vila foi fundada em 1711 pela junção de vários arraiais, com a designação de Vila Rica. Em 1720 foi escolhida para capital da nova capitania de Minas Gerais. Em 1823, após a Independência do Brasil, Vila Rica recebeu o título de Imperial Cidade, conferido por D. Pedro I do Brasil, tornando-se oficialmente capital da então província das Minas Gerais e passando a ser designada como Imperial Cidade de Ouro Preto.

Em 1839 foi criada a Escola de Farmácia e em 1876 a Escola de Minas. Foi a capital da província e mais tarde do Estado até 1897, ano da inauguração de Belo Horizonte. Os anos setecentos se foram, mas legaram um futuro que hoje nos presenteia com uma das histórias mais interessantes da saga humana.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

3.2 – Histórico do imóvel

A Igreja Nossa Senhora do Pilar foi instituída entre 1700 e 1703; era pequena e já não comportava a população da paróquia. Em 1724 os moradores decidiram levantar um templo mais amplo, que foi erguido em torno da antiga capela, durante os primeiros anos do século XVIII e inaugurado em 1733, antes mesmo de estar concluído. O frontispício só foi terminado em 1848. Seu projeto é atribuído ao arquiteto Pedro Gomes Chaves e a talha da capela-mor foi executada por Francisco Xavier de Brito.

A Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, Minas Gerais, é considerada uma das mais requintadas do barroco mineiro. Seu interior é ornamentado com talha coberta de ouro e mais de quatrocentos anjos esculpidos, sendo utilizados cerca de 400 quilos de ouro e 400 de prata. Em anexo, na sacristia, está o Museu de Arte Sacra do Pilar, que foi inaugurado em 1967. O museu de artes sacras reúne imagens, documentos e algumas das vestimentas usadas na celebração do Santíssimo Sacramento. Seu altar foi feito por Manuel de Brito e Bernardo Pires participou da construção do teto.

4 - ANÁLISE TÉCNICA

A utilização de telhados com estrutura de madeira, revestidos com telhas cerâmicas é unanimidade nas construções antigas. Os portugueses buscaram reconstituir, em seu novo lar, os padrões arquitetônicos de sua cultura: sólidas edificações de alvenaria de pedra e cal ou taipa de pilão, cobertas com telhas cerâmicas de uso tradicional na Península Ibérica como, aliás, em toda a região de influência do antigo Império Romano.

O tipo de telha utilizada apresenta a forma de um semi-tronco de cone e é de fácil fabricação, muitas vezes no próprio local da obra, e é conhecida no Brasil por inúmeros nomes, como *capa e canal*, *capa e bica*, *romana*, *goiva* e *colonial*, dentre outros.

O projeto de restauração do telhado da Igreja do Pilar foi contratado pela paróquia em 2003 e foi elaborado pela empresa IJC Arquitetura e Engenharia Ltda, inscrita no Crea sob o número 26455, com responsabilidade técnica de Isabelle Conde, arquiteta, Crea nº 69691. O projeto de restauração do telhado da Igreja do Pilar foi aprovado pelo Iphan em junho de 2003. Neste trabalho foi verificada a existência de telhas velhas e com bitolas diferentes, muitas delas quebradas e foi recomendada a substituição total das telhas existentes na cobertura, conforme trecho do laudo existente no projeto de restauração.

“As telhas que cobrem a Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, durante muitos anos foram substituídas por tipos diferentes, completadas com pedaços embocados e outras intervenções inadequadas que fizeram da cobertura um item de difícil diagnóstico a não ser optar pela substituição total por outras de boa qualidade e dimensões compatíveis. A possibilidade de aproveitamento de



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

telhas antigas para serem usadas como capa e a colocação de bicas novas fica impossibilitada pela quantidade de massa que prende todas as telhas, resultando em quebras quando da remoção. O novo entelhamento deverá ter todas as telhas amarradas com arame galvanizado e o embocamento será feito apenas nos beirais, cumeeiras, espigões, com argamassa de cal e areia.”

Apesar da recomendação da substituição total das telhas, houve tentativa do Iphan em utilizar as telhas antigas nas capas e telhas novas nas bicas, buscando a manutenção do padrão policromático existente no centro histórico de Ouro Preto. Esta intervenção foi feita na cobertura mais baixa, sobre a sacristia. Entretanto o resultado não foi satisfatório, devido à grande variedade de telhas existentes, com curvaturas, bitolas e dimensões diferentes, não sendo possível dar recobrimento total às telhas novas utilizadas como bica e provocando desalinhamento das fileiras de telhas. Dado este fato, o Iphan decidiu acatar as recomendações do Projeto de Restauração do telhado da Igreja do Pilar e, após reunião com a empreiteira responsável pela obra e com o Padre José Feliciano da Costa Simões, onde houve consenso sobre a substituição das telhas, foi iniciada a obra. As obras estão sendo realizadas com recursos do Iphan.

A telha utilizada é da Cerâmica Guaraú Ltda, localizada no estado de São Paulo. Segundo o Iphan, a escolha deste material foi condicionada pelas características do produto, com dimensões e aparência semelhantes às telhas antigas, diferindo na cor e textura do material.



Figura 03 – Telha nova.



Figura 04 – Telhas antigas à esquerda e novas à direita.

Na reforma do telhado, algumas peças de madeira comprometidas e em mau estado de conservação estão sendo substituídas. Além disso, está sendo instalada manta protetora sob as telhas, de forma a aumentar a segurança contra a entrada de água.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Durante a visita ao bem foi verificada a existência de vários pontos de infiltração de água, o que está comprometendo a integridade do bem e dos elementos artísticos existentes no interior do mesmo. Como exemplo, há infiltração no batistério e consistório dos passos, já apresentando comprometimento dos forros; o retábulo de Santana apresenta manchas de umidade e perdas no douramento, além de pontos de umidade verificados na fachada, junto às cimalthas.



Figuras 05, 06 e 07 – Manchas de infiltrações e comprometimentos nos forros.



Figura 08 – Perda de douramento no retábulo.

Figuras 09 e 10 – Manchas de umidade nas fachadas, junto às cimalthas.

Foi permitido o acesso ao telhado da igreja, para verificação a situação da estrutura do telhado, das telhas antigas e das telhas novas em instalação. Durante a vistoria, foi verificado que houve intervenção na cobertura na década de 1930, onde a estrutura de madeira da cobertura da nave foi substituída pelo concreto armado, material contemporâneo e bastante utilizado naquele período. As telhas novas estão sendo amarradas uma a uma, conforme especificado no projeto aprovado pelo Iphan e sob elas há uma subcobertura para reforçar a proteção contra a umidade.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 11 – Tesouras em concreto armado na cobertura.



Figura 12 – Telhas novas, com arame para amarração.



Figura 13 – Vista do telhado da igreja, em obras.

Na vistoria ao telhado da igreja foi possível verificar a existência de vários tipos de telhas na cobertura, resultado das várias intervenções já realizadas no imóvel. As telhas mais novas estão localizadas junto ao frontão e as mais antigas à medida que se aproxima da cobertura mais baixa. Há telhas antigas, tipo capa e bica e tipos diferentes de telhas cerâmicas, produzidas em diferentes épocas, com matérias primas e técnicas de fabricação distintas. Isto resulta em produtos finais com características diferentes, como tonalidade, tamanho, curvatura e formas de encaixe, ocasionando patologias na cobertura, como escorregamento de telhas, frestas, o que permite a entrada de água do interior do imóvel. Há também muitas telhas quebradas, porosas e com manchas de umidade, o que compromete a proteção ao imóvel.



Figura 14 – Vista das telhas sob a cobertura.



Figura 15 – Vista do telhado, com diversidade de telhas. No alto da fotografia à direita, telhas antigas. No lado esquerdo, telhas novas envelhecidas.



Figura 16 – Telhas mais recentes.

As telhas antigas existentes foram assentadas utilizando argamassa entre elas (embocamento), o que dificultou a retirada das mesmas e muitas não resistiram aos trabalhos de remoção, inviabilizando o reaproveitamento das mesmas na cobertura da igreja. Muitas delas se quebraram na retirada, por estarem muito presas à argamassa e outras se quebraram



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

devido à antiguidade das mesmas. Desta forma, não houve quantidade de telhas suficientes para a cobertura de todo o telhado, mesmo que só nas capas.



Figura 17 – Telhas com embocamento.



Figura 18 – Telhas antigas quebradas.

5 – CONCLUSÕES

Como se sabe, a função do telhado é impedir a entrada das águas pluviais no interior do edifício e lançá-las o mais longe possível das paredes. Se isto não ocorre, inicia-se o processo de deterioração que pode levar o telhado e, conseqüentemente, o próprio edifício ao arruinamento total. Trata-se de um problema muito comum nas construções antigas, uma vez que a vida útil das telhas cerâmicas é menor que dos demais elementos do edifício que ficam protegidos pela cobertura, pois as telhas ficam expostas às intempéries e a outros agentes, se deteriorando com maior rapidez. Patologias em coberturas devem ser sanadas rapidamente, pois podem gerar vários outros problemas e destruições.

A Carta de Atenas¹ recomenda que, nas intervenções em bens de valor histórico e arquitetônico, devem ser utilizados materiais e técnicas modernas sem alterar o aspecto e o caráter do edifício: “Nunca foi constatado um retrocesso, nunca o homem voltou sobre seus passos. As obras-primas do passado nos mostram que cada geração teve sua maneira de pensar, suas concepções, sua estética, recorrendo, como trampolim para sua imaginação, à totalidade de recursos técnicos de sua época. Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o “falso” como princípio, pois as antigas condições de trabalho não poderiam ser reconstituídas e a aplicação da técnica moderna a um ideal ultrapassado sempre leva a um simulacro desprovido de qualquer vida. Misturando o “falso” ao “verdadeiro”, longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição fictícia, capaz apenas de desacreditar os testemunhos autênticos, que mais se tinha empenho em preservar.” Um novo projeto é aquele que indica um “sinal dos tempos”, o tempo atual em que tal objeto foi inserido. O conjunto edificado encontra-se muitas vezes,

¹ Uma das cartas patrimoniais conclusivas de reuniões relativas à proteção do patrimônio cultural, ocorrida em Atenas em 1933.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

“entrecortado por elementos novos que registra, nas estruturas ambientais, o caráter de temporalidade demonstrando que passado e presente interagem continuamente”. A Carta de Veneza² confirma esta recomendação. Ela define a restauração como “uma operação que tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e dos documentos autênticos. Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmonicamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte ou de história”.

Portanto, não seria aconselhável a utilização de telhas antigas, policromáticas, vindas de outras edificações, pois configuraria em um “falso histórico”, pois não são originais do monumento e também devido à incompatibilidade de tamanhos, curvaturas e encaixes de telhas diferentes.

Concluimos que a especificação da nova telha foi adequada, pois:

- Pela excepcionalidade do monumento e do seu riquíssimo interior aliada à grande superfície do telhado, que demandaria grande número de telhas para reposição, não havendo quantidade suficiente do material em boas condições para ser reaproveitado;
- As telhas antigas existentes não são as originais. São elementos inseridos nas intervenções pelas quais a cobertura passou, foram produzidas em diferentes épocas, com matérias primas e técnicas de fabricação distintas, resultando em produtos finais com características diferentes e muitas vezes incompatíveis quando aplicadas em conjunto. Para eficiência da cobertura é necessário que haja uniformidade do material utilizado.
- Marca a época em que ela foi inserida ao objeto histórico, respeitando as recomendações das cartas patrimoniais.
- Além disso, objetiva o mais importante: a preservação e permanência da Igreja do Pilar e de toda a sua riqueza e significação. A técnica e o material utilizados, além de limitar a necessidade de intervenções posteriores, permitirão um prolongamento da vida útil da edificação.
- Há outras edificações inseridas no centro histórico que tiveram suas telhas substituídas por produtos novos. É inevitável a substituição do material quando se busca a preservação do imóvel e quando não é possível o reaproveitamento das telhas. A tonalidade avermelhada do material novo, em princípio estranha ao conjunto urbano formado por coberturas de telhas policromáticas, aos poucos vai se harmonizando com o entorno, pois a telha cerâmica não esmaltada apresenta, dentro de um período curto de tempo³, manchas e sujidades que vão levá-la a se parecer com o aspecto envelhecido.
- Entretanto, há que se evitar descaracterizações desnecessárias; cada projeto de substituição de telhas no centro histórico deverá ser estudado caso a caso, justificado e aprovado pelo órgão de proteção. Se verificada a real necessidade de substituição das

² Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios, escrita durante o II Congresso Internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos realizado em Veneza em maio de 1964.

³ Variável com o desempenho da telha e com as condições do local de exposição.





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

telhas, deverá ser especificado o mesmo material, de forma a evitar a multiplicidade de padrões.

5.1 - Sugestões

- Sugere-se que 10% da quantidade total de telhas novas sejam armazenadas na igreja para que, nas eventuais reposições, seja utilizado o mesmo material.
- Deverá haver incentivo na montagem de olarias na região, resgatando as técnicas antigas e artesanais na confecção de telhas, utilizando como matéria prima o barro da própria região. Para isto, é necessário que ocorra um investimento em pesquisas para a fabricação do material. Desta forma, em médio prazo, o material poderá ser utilizado nas eventuais substituições de telhas que venham a ocorrer no centro histórico de Ouro Preto e demais cidades históricas da região, permitindo a manutenção das características existentes. Além do benefício estético, a fabricação artesanal permitirá a preservação e divulgação do “modo de fazer” original, não permitindo que este se perca. Entretanto, é necessário que exista uma interferência “moderna” no material, de fácil distinção, para que não ocorra “falsificação” da edificação onde o mesmo será utilizado.

Não obstante, não é adequado entender a noção de conservação como de permanência absoluta, ou de completa inalterabilidade; ao contrário, se a coisa é, pela sua natureza, mutável, sua conservação importa proteger as condições básicas que permitam a continuidade de suas características, segundo sua própria natureza. CASTRO, Sônia Rabelo. O estado na preservação de bens culturais. Rio de Janeiro: Renovar, 1991.p.77

6- ENCERRAMENTO

Sendo só para o momento, colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos. Segue este laudo, em 09 (nove) folhas escritas em um só lado, todas rubricadas e a última datada e assinada.

Belo Horizonte, 01 de setembro de 2008.

Andréa Lanna Mendes Novais
 Técnica do Ministério Público – MAMP 3951
 Arquiteta Urbanista – CREA-MG 70833/D



Rua Timbiras, n.º 2941 - Barro Preto - Belo Horizonte-MG - CEP 30140-062
 Telefax (31) 3250-4620 – E-mail: cppc@mp.mg.gov.br